

ASCENSÃO SOCIAL

Mais de 70% dos pesquisados já trabalhavam antes dos 17 anos

Para analistas, trabalho precoce pode levar a abandono dos estudos

LUCIANNE CARNEIRO
lucianne.carneiro@oglobo.com.br
CÁSSIA ALMEIDA
cassia@oglobo.com.br

Mais de 70% (73,9%) da população que foi alvo da pesquisa do IBGE (pessoas de 16 anos ou mais ocupados e que os pais trabalhavam) começaram a trabalhar até os 17 anos. Isso representa um total de 51,2 milhões das 69,3 milhões de pessoas pesquisadas. Um terço dessa população (36,4%, o que significa 25,2 milhões) começou a trabalhar ainda criança, até os 13 anos, numa mostra clara da extensão do trabalho ilegal.

— O trabalho precoce prejudica radicalmente a vida. Ele marca a carreira do jovem, que dificilmente vai conseguir se livrar dessas correntes. Muitos abandonam os estudos, entram em condição de subemprego e ficam presos a serviços extenuantes por toda a vida — afirma o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara.

Ao todo, quase 90% dos pesquisados (89,8%) começaram a trabalhar até os 19 anos. No ano da pesquisa (2014), 3,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos traba-

lhavam no Brasil e 70% não poderiam estar no trabalho. Até os 13 anos, o trabalho é proibido por lei. Na faixa de 14 a 17 anos, dos 2,8 milhões ocupados, apenas 500 mil eram aprendizes ou com carteira assinada:

— As ações fiscais mostram que esses adolescentes estão em atividades penosas, perigosas, degradantes. Isso influencia a situação de vida e a saúde desses adolescentes — diz Isa de Oliveira, secretária-executiva do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

REPETÊNCIA E ATRASO ESCOLAR

Entre esses adolescentes de 15 a 17 anos que trabalham, somente 70% conseguem estudar, outra barreira para ascensão social. No total, a frequência é de 84,3%.

— Em qualquer pesquisa,

qualquer recorte, essa situação aparece. É um dado grave, coincide com abandono escolar, maior repetência, atraso escolar. Numa dimensão maior, os empresários não vão conseguir qualificar a mão de obra. Sem escolaridade básica, não há como qualificar nenhum jovem para o trabalho — comenta Isa de Oliveira.

Uma das distorções do ensino no país, segundo a diretora-executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, é a própria existência do ensino médio regular noturno:

— Trabalhar compete em foco e atenção com estudo. Talvez o único caso em que se poderia considerar é no ensino técnico, mas já após os 16 anos.

A entrada precoce no mercado de trabalho se mostra mais intensa no caso de filhos de trabalhadores agrícolas, que tendem a recorrer mais ao apoio dos descendentes no

trabalho. Por outro lado, aqueles cujos pais eram profissionais das ciências e das artes — como engenheiros, enfermeiros e professores — são os que começaram a trabalhar mais tarde.

Entre aqueles que os pais eram agricultores, a proporção dos que começaram a trabalhar até os 13 anos sobe para 59,6%. Na faixa de 14 a 17 anos, a taxa é de 26,7%. Entre os filhos de pais com trabalho na área de ciência e artes, apenas 7,5% entraram no mercado até os 13 anos, enquanto 30,8% começaram a trabalhar entre 20 e 24 anos.

Para além das ocupações, outro fator de forte influência para que os filhos comecem a trabalhar mais cedo é a falta de vínculo em-

Números

36,4%

É a parcela dos que começam a trabalhar até os 13 anos.

59,6%

É a proporção dos que começam a trabalhar até os 13 anos entre os filhos de pai que era trabalhador agrícola.

pregatício dos pais. Entre aqueles cujos pais não tinham carteira assinada na idade de 15 anos, quase metade (46,6%) entrou no mercado de trabalho até os 13 anos. A taxa é a mes-

mo no caso daqueles com pais que trabalhavam por conta própria. A taxa fica muito acima da média, que é de 36,4%.

Com uma situação mais precária dos pais, essas crianças precisam contribuir para o orçamento da família. Como reflexo da mesma tendência, entre aqueles cujos pais eram trabalhadores com carteira assinada, a proporção dos que começam a trabalhar até os 13 anos era menor, de 19,9%. Entre filhos de militares e funcionários públicos, a parcela é ainda menor, de 15,2%.

Quando se considera a entrada no mercado de trabalho até os 17 anos, a taxa é de 66,5% para aqueles cujos pais tinham carteira de trabalho assinada e de 82,5% para os que não tinham carteira.

— A entrada precoce no mercado de trabalho está fortemente relacionada à posição dos pais na ocupação. Entre aqueles cujos pais não tinham carteira ou trabalhavam por conta própria, os filhos começam a trabalhar mais cedo — explica a analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE Flávia Vinhaes Santos. ●

Palavra de especialista

A VISÃO DE: Marcelo Neri, economista, diretor da FGV Social

GANHOS DE RENDA PODEM SER REVERTIDOS

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diz que houve um ganho de renda importante para as ocupações que exigem pouca qualificação, no período de queda maior da desigualdade, entre 2001 e 2014:

— A renda *per capita* em famílias nas quais os responsáveis eram analfabetos subiu 6,4% ao ano de 2001 a 2014. Na área rural, a alta fora de 5,9% ao ano, enquanto a média brasileira ficou em 3,6%. Parte importante da mobilidade ascendente ocorreu porque o

salário de quem tinha pouca educação subiu mais — diz Neri. Essa situação é mais facilmente revertida do que os ganhos com educação. Depois de dois anos de recessão, pode ocorrer um retrocesso.

O economista afirma que houve aumento de renda, com melhora no padrão de vida, sem que o trabalhador mudasse de ocupação, o que torna o avanço menos estrutural, mais volátil. Segundo o pesquisador, 70% da desigualdade brasileira são explicados por essa desigualdade na origem, familiar.

— O avanço escolar é muito influenciado pelo *background*

familiar. É um aspecto estrutural.

Neri afirma que o fato de haver uma distância tão grande nos salários de quem fez faculdade, que também depende da escolaridade do pai, pode ser explicada pela pequena jornada escolar no Brasil:

— As nossas estatísticas de escolarização são inflacionadas. A jornada no Brasil é muito baixa. Na Colômbia são oito horas na escola, na África do Sul, sete horas. No Brasil são quatro horas diárias, podendo ter 25% de faltas. O fundamental completo é meio parcial em relação a outros países. (Cássia Almeida)